

Os medicamentos e seus ambientes: O local como condição para o universal

Stelio Marras

Queremos entender algo que já está diante de nossos olhos. (...) Os aspectos das coisas mais importantes para nós estão ocultos por sua simplicidade e sua familiaridade.

Ludwig Wittgenstein, *Investigações filosóficas*

No já antigo, vasto e tão ramificado debate que, sob variadas formas, se estende aos dias de hoje a respeito do que seja o local (ou particular) e o global (ou universal) – tanto em relação aos fenômenos humanos quanto aos não-humanos –, é comum que, entre especialistas ou não, logo se evoque os medicamentos, eles que seriam entidades em si da universalidade, insensíveis a fronteiras, isto é, capazes de manifestar a integridade de seu princípio ativo independentemente, ou pelo menos com fraca dependência, do contexto de sua aplicação. Espécie de padrão-ouro para se medir a autonomia das coisas em relação às pessoas que as criaram, a produção farmacológica, reafirmada por sua eficácia em reiterar efeitos estáveis seja lá onde se apliquem, atestaria a separação ou purificação entre contexto e conteúdo. Seria essa operação de “descontextualização” todo o trabalho que orienta os esforços dos técnicos e cientistas nos laboratórios – como os da fase “contra-placebo”¹. Este artigo propõe reconhecer que tais esforços de desassociação somente são viáveis sob a condição de se produzir artificialmente outras associações, muito íntimas e vitais, entre os elementos constituintes do fármaco e os elementos, não menos constituintes, dos ambientes que envolvem esse fármaco e com eles se relacionam continuamente. Proposta, portanto, de surpreender um mundo de relações (ou contexto) ali onde costuma imperar a imagem de um mundo de termos (ou conteúdo). Ou fazer notar que a universalidade dos medicamentos –

¹ Sobre o trabalho de “descontextualização” nos “laboratórios contra-placebo”, ver Phillippe Pignarre: *O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: Editora 34, 1999.

sobretudo daqueles, senão os mais comuns, que são encapsulados, como na forma de drágeas, comprimidos e pílulas – depende diretamente da estabilidade das condições locais que estão presentes não apenas na produção desses medicamentos, mas ainda na sua capacidade de se transportarem pelas mais diferentes paisagens. Sugestão, enfim, de que sua eficácia dita universal apenas pode ser pretendida se os medicamentos carregarem consigo a eficácia não dita do que lhe é constitutivamente local. Desafio, então, para falar com Wittgenstein, de “entender algo que já está diante de nossos olhos”. Tal é o caso, por exemplo, das embalagens, tão nossas conhecidas (ou por isso mesmo pouco conhecidas) que envolvem os fármacos.

Consideremos um paciente, ele portador de determinada doença (ou de uma versão dessa doença, porém versão devidamente conhecida e caracterizada pelo índice médico-científico). Do ponto de vista farmacológico mais ortodoxo, mesmo canônico ou geral, não importariam – ou não decisivamente – as coordenadas ambientais que enquadram esse paciente: encontre-se ele nos trópicos, em regiões temperadas ou frias. Tampouco cruciais seriam suas coordenadas socioculturais: é mais ou menos indiferente que ele acredite ou não na medicina científica ou em seus postulados etiológicos. O suposto é que, uma vez que a doença esteja caracterizada, bem como seu antídoto, é de se esperar um padrão semelhante de efeitos do fármaco num corpo humano aí tomado como também semelhante (ou corpo cujas diferenças são tidas como residuais). Ou seja, à universalidade do corpo (base do mononaturalismo moderno no Ocidente²) sempre haverá de corresponder um tratamento também universal. Nesse sentido, os medicamentos aparecem como puro conteúdo, uma vez que tudo que lhes é contextual, tudo que lhes é circunstancial, já teria sido cientificamente eliminado nos ritos de purificação laboratorial ao longo da cadeia de produção dos fármacos.

Mesmo depois de isolado determinado princípio ativo (princípio químico, biológico, físico), mesmo depois de testada essa molécula medicamentosa *in vitro* e em seguida em cobaias não-humanas, mesmo ainda depois de testada em humanos nos laboratórios contra-placebo, a fim de justamente se eliminar daquela molécula qualquer dependência à subjetividade dos pacientes (isto que aparece como empecilho à absorção esperada de dado princípio ativo), é verdade que o fármaco ainda irá se deparar com outros desafios tão logo saia dos laboratórios e seja lançado no mercado, aí onde irá

² Sobre o mononaturalismo e seu oposto multiculturalismo, ambas âncoras da cosmologia modernista, ver, de Bruno Latour, *Políticas da natureza – como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004; e, de Eduardo Viveiros de Castro, “Perspectivismo e Multinaturalismo na América indígena”. In: *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

reencontrar outras subjetividades e diferenças, outros corpos e ambientes que, por sua própria dinâmica móvel ou mutacional, vão oferecer novas dificuldades ou resistências à eficácia plena do medicamento, já que este, definindo-se pela padronização e estabilidade, terá que lidar com o que agora lhe aparece como instável e rebelde a padronizações. Vamos desde logo notar que cientistas sociais, ou antropólogos em especial, mas também farmacólogos menos ortodoxos, senão mais corajosos, têm descrito e demonstrado disparates entre os efeitos terapêuticos testados e aprovados em laboratório e aqueles que ocorrem quando o medicamento é finalmente absorvido *localmente*, como no ambiente deste ou daquele corpo, deste ou daquele paciente, aqui ou alhures. Como exemplo de autores oriundos das ciências sociais que glosam sobre esses disparates, lembro aqui o trabalho do já mencionado Phillipe Pignarre³, ele que integra um grupo cada vez mais influente e diverso de pensadores ligados aos chamados *Science Studies* ou Estudos Sociais das Ciências. Já de certa perspectiva farmacológica, lembro a entrevista de Gilberto De Nucci, professor da Unicamp, da USP e acionista de um laboratório em Campinas, São Paulo, que afirma que "ao menos dois terços dos medicamentos não produzem o efeito desejado". Ou que 80% dos medicamentos simplesmente não funcionam. De Nucci afirma ainda que

os melhores estudos clínicos mostram que, para 90% da população, os remédios não produzem benefício nenhum ou que raramente há benefício. E que a porcentagem dos pacientes que se beneficiam é muito pequena, às vezes 2% ou 3%.⁴

Se há exagero ou não nessas declarações, consideremos aqui apenas a estimativa, referida pelo mesmo De Nucci, dos 20% de medicamentos que funcionam. Portanto, consideremos, para os fins deste artigo, não os desvios de eficácia dos medicamentos (objeto de De Nucci e Pignarre, por exemplo), mas sim o seu caminho reto, isto é, a relação direta e previsível entre os princípios ativos sintetizados na molécula medicamentosa e seus efeitos terapêuticos nos corpos. É já, como entendo, um modo de assim pôr sob exame o coração dos pressupostos naturalistas – tal como tentativa de contribuição para uma “antropologia do centro”⁵.

³ *O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*, op. cit.

⁴ Entrevista concedida à Revista Fapesp n. 103, setembro de 2004.

⁵ Sobre valer-se de uma “antropologia do centro” para compreender devidamente os modernos, ver de Bruno Latour: *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica* (São Paulo, Editora 34, 1994) e a entrevista que eu e Renato Sztutman fizemos com o autor: “Por uma antropologia do centro”, In: *Revista Mana: Estudos de Antropologia Social* 10(2). Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS/UFRJ, 2004.

Eu entendo que seguir descrevendo aqueles efeitos disparatados é sempre muito importante, porque assim nos damos conta, no mesmo ato, daquilo que caracteriza o local conforme o contato com aquilo (os medicamentos, no caso) cuja vocação tende fortemente à universalidade de seus efeitos – ou a “promessa naturalista” dos medicamentos, conforme expressão de Pignarre. Contudo, entendo também que cumpre ainda observar e descrever o que é constitutivamente local nos próprios medicamentos, aquilo que lhes é impossível de eliminar, mesmo depois (ou sobretudo depois) que são purificados nos laboratórios e passam a circular nos mercados, atravessando então as mais diferentes fronteiras ditas naturais ou sociais. É o que vou indicando aqui e que poderia ser resumido na seguinte pergunta: de modo geral – ou quando efetivamente funcionam como o esperado –, os fármacos então escapariam mais ou menos bem dos constrangimentos locais, uma vez que eles se transportam para as mais variadas regiões do globo, para os mais variados corpos e mesmo a despeito das diversas subjetividades com que se deparam? A resposta que aqui sugiro, diferente das que acabei de apontar⁶, pretende nos levar a refletir sobre o que, de tão banal para nós, torna-se por isso mesmo invisível, irrefletido. Eis porque menciono na epígrafe deste artigo as inspiradoras palavras de Wittgenstein em seu *Investigações filosóficas*: “Queremos entender algo que já está diante de nossos olhos”.

“Os aspectos das coisas mais importantes para nós estão ocultos por sua simplicidade e sua familiaridade”.

Ora, sugiro que simples e familiar (e portanto tendente a ser oculto à reflexão) são os invólucros dos medicamentos, as suas embalagens, os seus *ambientes nativos*, se assim posso expressar. Se voltamos a reflexão a esses envoltórios, a esses recintos, tal como denominei genericamente no curso de minha pesquisa de doutorado em laboratórios de biologia, genética e química, onde realizei etnografia, subitamente iremos reencontrar o local ali onde não se esperava, como também um mundo mudo de relações ali onde se esperava a simples e familiar eloquência imperativa de entidades discretas e autônomas desde sempre. Não é esse, pois, o caso dos medicamentos?

Creio que a essa altura vale aqui revisitar rapidamente o interesse que os recintos me despertaram em minha etnografia de doutorado, a fim de melhor situar a origem

⁶ Ou como eu mesmo desdobrei, a propósito do mencionado livro de P. Pignarre, em “Ratos e homens – e o efeito placebo: um reencontro da Cultura no caminho da Natureza”. In: Revista *Campos* 2. PPGAS/UFPR, 2002.

desse interesse e sobretudo poder assim extrair daí maiores consequências, como tento aqui em relação ao ambiente local dos medicamentos, condição para o seu transporte pelas mais distintas paisagens naturais e sociais, assim atravessando, mais ou menos incólumes, espaços ou ambientes – condição enfim para a sua universalidade.

Naqueles laboratórios de minha etnografia, passei então a me interessar pelas operações de conservar e transformar, purificar e misturar os chamados agentes biológicos, químicos e físicos – interesse pelas funções de *recinto*, como assim denominei⁷. Interesse portanto pelo mundo experimental (ou experiência de mundo) inaugurado pelos recipientes, frascos, tubos e microtubos, cilindros e campânulas, caixas e vasilhas, toda sorte de invólucros e envoltórios que recortam a continuidade indistinta do mundo e definem, como no mesmo ato são definidos, por *contornos*⁸. Interesse, enfim, por suas operações ambientais que simultaneamente criam uma dimensão espacial interna que, de imediato, se opõe a uma externa, esta desde então ameaçadora, contagiante, poluidora, objeto de evitações e controles rituais. Meu entendimento é que os recintos fundamentalmente operam funções de conservação e transformação controladas destinadas a permitir as passagens de um a outro ambiente e com o menor risco possível de *descaracterização* ou *desnaturação* dos agentes ali inscritos. Os recintos então permitem recepções e transmissões de agentes, que assim se caracterizam e ganham ontologia, a partir de fluxos dos mais diferentes graus (do fechamento hermético, como do vácuo, à porosidade da membrana plasmática celular, controlando o que entra nas células e o que sai delas). Por esta sua função de sintetizar ambientes, os recintos seriam então agentes, por assim dizer, *condicionantes*. Era o que eu ali observava com o trânsito de proteínas e vírus, fragmentos de material genético, reagentes e solventes passando de um a outro tubo, uma a outra sala, um a outro equipamento. Ou nos biotérios que visitei: também a função espacial condicionando, por exemplo, temperatura e umidade ambiental em cativeiros de animais. Era, enfim, o trabalho corriqueiro dos laboratórios e ambientes de produção científica.

⁷ Stelio Marras: *Recintos e evolução – capítulos de antropologia da ciência e da modernidade*. Tese de doutoramento, Departamento de Antropologia, Faculdade de filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

⁸ Sobre uma, por assim dizer, *epistemologia dos contornos*, ver as indicações apenas aparentemente despretensiosas de Gregory Bateson em *Metadiálogos*. Lisboa: Gradiva, 1996. A reflexão de Bateson é disparada pela pergunta imaginária da jovem filha ao pai: “Por que é que as coisas têm contornos?”

Esse crescente interesse pelos procedimentos comuns de laboratório se traduziu na atenção que devotei à chamada pesquisa *básica*. Com o tempo, eu já não mais seguiria esta ou aquela pesquisa chamada *aplicada*, mas passaria a reparar naqueles procedimentos tão presentes e evidentes (tão banais e familiares, dir-se-ia⁹) de tornar ausentes nos experimentos (e nos recintos), os micro-agentes (orgânicos ou não) contaminantes, poluentes, contagiáveis. São esses procedimentos conjugados de *criação-avoidance*¹⁰ que permitem que os recintos se tornem o ambiente privilegiado dos experimentos científicos. Senão mais: para além da circunscrita experimentação em laboratórios de ciência, os recintos, como imagem de mundo tão enraizada e profícua entre os modernos, como sugiro, se espraariam até onde a nossa percepção (ela já tão moldada pelos pressupostos dos contornos e dos limites) possa alcançar.¹¹ Ao nos darmos conta da presença dos recintos e de suas operações para além dos muros dos laboratórios, eis que subitamente iremos reconhecer uma continuidade muito íntima entre o que ocorre nos laboratórios e o que ocorre fora deles – um passo mais para se desmanchar o caráter dos laboratórios e da atividade científica tão comumente tido como inefável ou extraordinário em relação ao mundo palpável e ordinário do cotidiano não-laboratorial, tido como palpável e ordinário¹². Não por acaso que ao longo dos corredores dos prédios onde vão instalados os laboratórios em que eu pesquisava, nos deparamos com refrigeradores comuns (os mesmos de nossas casas) utilizados para armazenar e sobretudo condicionar os mais diversos materiais de que se serviam aqueles laboratórios em seus experimentos.

De todo modo, naquela etnografia minha atenção voltou-se para a operação fundamental de se proteger o experimento em relação ao mundo (ou exterior), que

⁹ “Como é difícil para mim ver o que tenho *diante dos olhos*”, escreve Wittgenstein em *Observações mescladas* (1940), lembrado pelo sinólogo François Jullien, para quem a compreensão do pensamento chinês exige *saber* que “é no seio do evidente que está o oculto.” Cf. François Jullien: *Um sábio não tem ideia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Ou seja, estou aqui me valendo, ainda que muito pontualmente, de um princípio cosmológico não-moderno (no caso, os chineses de Jullien) como recurso antropológico destinado a desocultar princípios cosmológicos modernos.

¹⁰ Ou o que os recintos permitem quando proibem.

¹¹ Da escala microscópica (como na imagem de uma célula) à macroscópica (como na imagem do universo físico), entendo que a percepção modernista do mundo, disparada pela *imagem-recinto*, é uma só. Questões sobre a origem e a expansão do universo em termos de coordenadas espaço-temporais, antes e depois da explosão inaugural do *Big Bang*, invariavelmente parecem tomar o centro das indagações da física cosmológica. Para reconhecer essa centralidade, ver, por exemplo, o tão conhecido, inclusive entre especialistas, livro de Stephen Hawking: *Uma breve história do tempo: do Big Bang aos Buracos Negros*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1999.

¹² Entendo que as obras de Bruno Latour e Isabelle Stengers avançam passos largos rumo a essa comensurabilidade entre ciência e não-ciência. Creio que, estratégicos para se aperceber disso, são os livros *A vida de laboratório – a produção dos fatos científicos*, de Bruno Latour e Steve Woolgar (Rio de Janeiro: Relume Dumar, 1997), e *A Invenção da ciência moderna*, de Isabelle Stengers, São Paulo, Editora 34, 2002.

imediatamente é contracriado quando se cria um interior – o interior dos recintos, palco dos experimentos. São ambientes que regulam entradas e saídas, fechamentos e aberturas em relação ao exterior. Frequentemente operando função de proteção, os recintos se ligam intimamente às noções de contágio e poluição, práticas de evitação e descontaminação, que sempre devem ser rigorosamente observadas para que os agentes ali encerrados alcancem a almejada estabilização; e para que, dentre esses agentes, se manifeste e se estabilize aquele chamado (no jargão nativo de laboratório) agente “de interesse” – confirmando ou não alguma hipótese sobre ontologias e relações, criando ou não as novidades em ciência.

Não há controle sem evitação, como não há ciência sem controle. O controle é uma condição comum, por exemplo, aos camundongos criados em biotério. Daí a distinção entre animais “mutados” e “selvagens”, como ainda o uso de diversas “linhagens” de animais que se prestam à comparação controlada nos experimentos. Eis porque o biotério (ele mesmo um recinto ou ambiente de alta domesticação) cumpre um papel fundamental e ineliminável, uma vez que nele se procura garantir a estabilidade dos animais, precisamente sua fidelidade de “controle”. Ali os animais têm sua linhagem purificada a partir tanto da padronização de seus “backgrounds genotípicos” quanto de seu desenvolvimento fenotípico e de seu metabolismo – donde a razão de se investir trabalho árduo na produção ambiental, na padronização de nutrição, aleitamento, acasalamento, regimes de claro-escuro, temperatura e umidade do ar, uma infinidade de regras estritas na observância contra “poluição” e “contágios”, isto é, contra o que põe em risco a estabilidade dos animais e, junto com eles, o procedimento e o controle científicos. Aquilo que polui ou contamina ameaça tanto a prática quanto o conhecimento em ciências. Ameaça o controle, a comparação, o fundo e a figura dos experimentos.

Ora, dessa contenção e confinamento dos recintos dependem a criação e a estabilização de agentes e substâncias. Mas que são as substâncias senão agentes bem associados, aqueles que poderão ser sintetizados em princípio ativo farmacológico, como em comprimidos, drágeas, cápsulas, pílulas? O fechamento de que dependem é já o ambiente interno, criador de condições para uma vida social estável dos agentes ali circunscritos. Daí protegê-los da vida social que lhes é externa¹³. Ou seja, estamos aqui

¹³ Evidentemente, a noção de “social” de que me sirvo aqui refere-se, indistintamente, a humanos como a não-humanos. Sobre essa noção alargada de social, ver o ensaio de 1895 de Gabriel Tarde: “Monadologia e sociologia”, em *Monadologia e sociologia – e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2007.

em pleno mundo relacional, mundo fundamentalmente relacional (incluindo, evidentemente, os agenciamentos humanos na criação, por exemplo, de uma molécula medicamentosa); e mundo que alterna ativação das variações ontológicas desejadas nas substâncias e proteção de variações indesejadas. É proteção que se dá através dos limites ou contornos dos recintos, eles também um ambiente, como a chamada substância *excipiente* (jargão farmacológico), substância esta inerte que envolve alguns gêneros de medicamento e serve de veículo a eles. Mas essa vida social interna continuará dependendo da vida social externa. Aliás, a dimensão interna se define por diferentes regimes e momentos de relação com a dimensão externa – esta que também é aí mesmo definida. Com efeito, notemos que essa relação de dependência do ambiente interno em relação ao externo é precisamente indicada no prazo de validade, aquele inscrito nas embalagens dos medicamentos que adquirimos nas farmácias. Ultrapassado esse prazo, a estabilidade mecânica e dinâmica da substância – estabilidade arduamente alcançada nos recintos de laboratório – começa a sofrer ameaças de desestabilização, de modo que a substância, como a medicamentosa, passa desde então a conhecer o fenômeno da *desnaturação*, para lembrar aqui um jargão da bioquímica.

Portanto, ao nos determos sobre a produtividade pretendida com o fechamento espacial dos experimentos – função ambiental dos recintos –, eis que de imediato esses cercamentos revelam um mundo altamente relacional, interna e externamente. Inclusive, perigosamente relacional – seja quanto àquilo que se proibiu (os agentes não controlados do mundo exterior ao experimento, mundo desde então ameaçador e poluidor), seja quanto àquilo que, também desde então, se permitiu (o mundo interior dos recintos, feito de agentes “de controle” e “de interesse”). Assim se criam novos sujeitos, novas propriedades, mesmo novos seres. Se bem sucedidos nos ritos de passagem entre os recintos (ritos de construção científica do dado), esses agentes poderão ganhar o mundo de fora dos laboratórios (e de fato é o que se espera deles), e conseqüentemente ganhar uma espécie de cidadania naturalista – ganhar agência autônoma, como no caso dos medicamentos. Se bem sucedido, enfim, aquilo que foi construído torna-se dado – isto que bem poderíamos denominar de *dadificação do dado*: ou seja, atividade que nos demanda particular atenção porque o caráter de construção (ou poluição humana) não

deve aparecer como tal, para que assim a natureza revelada pelas ciências surja cristalina e inteiriça, forte e eficaz, puro conteúdo autônomo¹⁴.

Estou então tomando a noção de ambiente como artifício. Ou seja, se concebemos o mundo como um contínuo de diferenças ainda por nascer, será no contato com esse mundo, como o contato operado pelos recintos, que então as diferenças vão surgir – e elas vão se definir em conformidade ao tipo de contato a experimentar, e que é muito variado, senão mesmo infinito em suas possibilidades. E os recintos, nas suas várias modalidades de cercamento e circunscrição, operando então uma descontinuidade, vão assim criar os ambientes – o de dentro e o de fora.

Ora, o desafio do ambiente interno é o da adaptação dos agentes, incluindo, entre eles, os reagentes. E o que define a adaptação (como a das formas orgânicas em Darwin) senão as suas condições locais? Numa definição econômica, enxuta, o local refere-se então à adaptação de agentes em seus ambientes, sendo que os ambientes, eles próprios se decompõem em uma infinidade de agentes, de modo que quando dizemos da adaptação de determinados agentes (foco ou figura de nossa descrição) a seus ambientes (fundo dessa mesma descrição), nós então estamos reunindo uma multiplicidade de agentes sob a etiqueta de ambiente. Nada diferente, eu diria, quando nos valem da noção de “contexto” para descrever determinado “conteúdo”. Mas basta mudar a figura da descrição e então, de imediato, muda-se também o seu fundo ambiental, de modo que aquilo que era figura em dado experimento torna-se agora fundo, quando os agentes se refazem (tornando-se então agentes disso ou daquilo), eles se reorganizam e reagem em função de outra agência que passa a ser a “de interesse”. Numa palavra, estamos portanto sempre tratando de agentes em conformidade às relações estabelecidas entre eles, isto é, de seus graus e modalidades de adaptação – que podem assumir as mais variadas facetas neste ou naquele momento de existência no mundo ou de experimentação científica. Por isso, a noção de adaptação supõe necessariamente uma articulação entre espaço e tempo¹⁵.

¹⁴ Sobre a dialética entre construção e autonomia de agentes, sem dúvida que vou inspirado pela obra de Bruno Latour. Do autor, ver, em especial, “Da fabricação à realidade: Pasteur e seu fermento de ácido láctico”, in *A esperança de Pandora – ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

¹⁵ A experimentação e o condicionamento de agentes orgânicos nos recintos de laboratório me levaram, no doutorado, ao tema da evolução. Eu iria a Darwin (e creio que era inevitável) para justamente tentar melhor apreender a perspectiva desses agentes em estado de alta domesticação – ou a perspectiva científica, informada pela variação ou conservação das formas orgânicas, *dessas agências nesses ambientes*.

Creio que o adiantado é já o bastante para, agora finalizando, voltarmos aos recintos ambientais dos fármacos, aos seus invólucros e às suas embalagens, elas mesmas muito distintas entre si conforme o seu fechamento (menos ou mais hermético). E fechamento esse que não faz senão simular o ambiente original (como sugeri, *ambiente nativo*) da substância sintetizada, ela já testada e aprovada nos laboratórios. Substância que, no caso das pílulas, muitas vezes vem protegida por “agentes de encapsulação”, para aqui me valer de outro termo da farmacologia. Idem para o invólucro da gelatina de consistência dura que recobre as cápsulas. Idem ainda para o caso das drágeas, que são uma espécie de comprimido revestido de uma substância açucarada, com ou sem corante, destinada a evitar a sua fácil desagregação precoce, cumprindo então uma função de proteger a substância ativa¹⁶ da umidade e da luz, além de facilitar a sua ingestão no organismo e mesmo para proteger aquela substância ativa no ambiente – como o estomacal – que pode ser muito agressivo.

Ou seja, sem que bem se esperasse, eis que, nos seus invólucros e nas suas embalagens, podemos reconhecer o fundamentalmente local na vida dos fármacos, no seu complexo trânsito adaptativo entre ambientes. Ora, se essa hipótese se confirma, conseqüentemente iremos compreender que os medicamentos têm necessariamente que sempre carregar os seus ambientes, isto é, seu fundo estável de agentes que garanta a caracterização ou a integridade, por exemplo, de um princípio ativo – químico, biológico, físico. Do contrário, a eficácia do medicamento estará comprometida – senão pior, seu consumo podendo gerar efeitos ou reações altamente danosas ao organismo-alvo. Iremos por fim compreender que a condição para o medicamento se transportar e vencer o desafio das passagens, condição para se universalizar, é a de transportar consigo aquilo que se tornou, para ele, vitalmente local. E não é justamente nas passagens que devemos centrar atenção para bem surpreender o alcance global daquilo que é local? Já aqui podemos retomar a perguntar: será muito diferente em relação a outros fenômenos que glosam sobre o local e o global? As ontologias humanas e não-humanas dos modernos não derivam justamente das descontinuidades produzidas pelos múltiplos recintos que cercam e nos cercam? O leitor retire os olhos deste artigo e repare em volta: irá flagrar o quanto vivemos em recintos e com eles. Ou o quanto nossa própria (moderna ou ocidental) colocação no mundo (como na produção de identidades e diferenças) depende dos contornos que inscrevemos e neles nos inscrevemos.

¹⁶ Ou “arrombador biológico”, para me valer de uma sinonímia de Pignarre (cit.)

Stelio Marras

Professor de antropologia do Instituto de Estudos
Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e
membro do Centro de Estudos Ameríndios (CESTA/USP)

Resumo: No extenso debate a respeito do que seja o local e o universal dos fenômenos, é comum que logo se evoque os medicamentos, eles que seriam entidades em si da universalidade, insensíveis a fronteiras, isto é, capazes de manifestar a integridade de seu princípio ativo independentemente, ou com fraca dependência, do contexto de sua aplicação. Espécie de padrão-ouro para se medir a autonomia das coisas em relação às pessoas que as criaram, a produção farmacológica, reafirmada por sua eficácia em reiterar efeitos estáveis seja lá onde se apliquem, atestaria a separação ou purificação entre contexto e conteúdo, entre ambientes e agentes. Este artigo propõe reconhecer uma associação muito íntima e vital entre os elementos constituintes do fármaco e os elementos, não menos constituintes, dos ambientes que envolvem esse fármaco e com eles se relacionam continuamente. Proposta, portanto, de surpreender um mundo de relações (ou contexto) ali onde costuma imperar a imagem de um mundo de termos (ou conteúdo). Trata-se de sugerir que a universalidade dos medicamentos depende diretamente da estabilidade das condições locais que estão presentes não apenas na produção desses medicamentos, mas ainda na sua capacidade de se transportarem pelas mais diferentes paisagens. Sugestão, enfim, de que sua eficácia dita universal apenas pode ser pretendida se os medicamentos carregarem consigo a eficácia não dita do que lhe é constitutivamente local.

Palavras-chave: Recintos e contornos; local e global; fármacos e ambiente.

Referências bibliográficas:

- BATESON, Gregory. *Metadiálogos*. Lisboa: Gradiva, 1996. 104 p.
- DE NUCCI, Gilberto. (entrevista). Revista Fapesp n. 103, setembro de 2004.
- HAWKING, Stephen: *Uma breve história do tempo: do Big Bang aos Buracos Negros*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1999. 262 p.
- JULLIEN, François. *Um sábio não tem idéia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 254 p.
- LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório – a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumar, 1997. 300 p.
- LATOUR, Bruno. (Entrevista a Renato Sztutman e Stelio Marras): “Por uma antropologia do centro”, In: *Revista Mana: Estudos de Antropologia Social* 10(2). Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS/UF RJ, v. 10, n. 2, 2004, p. 397-414.
- _____. *Políticas da natureza – como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc., 2004. 411 p.



- _____. *A esperança de Pandora – ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru, SP: Edusc, 2001. 370 p.
- _____. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Editora 34, 1994
- MARRAS, Stelio. “Ratos e homens – e o efeito placebo: um reencontro da Cultura no caminho da Natureza”. In: Revista *Campos* 2, PPGAS/UFPR, v. 2, 2002, p. 117-133.
- _____. *Recintos e evolução – capítulos de antropologia da ciência e da modernidade*. Tese de doutoramento, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.
- PIGNARRE, Philippe. 1999. *O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade*. São Paulo: Editora 34. 150 p.
- STENGERS, Isabelle. *A Invenção da ciência moderna*. São Paulo, Editora 34, 2002. 208 p.
- TARDE, Gabriel: “Monadologia e sociologia” [1895], In Tarde, G.: *Monadologia e sociologia – e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2007, p. 51-132.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Perspectivismo e Multinaturalismo na América indígena”. In *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 401-456.

Recebido em: 22/07/2012

Aprovado em: 26/07/2012